



SENADO FEDERAL

Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos

ATA DE REUNIÃO Nº 001/2015 DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSO A DADOS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS DO SENADO FEDERAL

Aos três dias do mês de março do ano dois mil e quinze, às quinze horas, na sala do Diretor da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, reuniu-se a Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado Federal, designada pelas Portarias da Diretoria-Geral nº 51 de 2012, nº 1.720 de 2013, nº 2.190 de 2013, nº 4.076 de 2013. A reunião foi presidida pelo Diretor da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação/SGIDOC, Márcio Sampaio Leão Marques, que expõe o tema principal da reunião: o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos do Senado Federal (SIGAD-SF) recebeu por migração, no ato de sua implantação, milhares de processos do antigo sistema CAD e muitos desses processos estão classificados em algum grau de sigilo e para que o sistema efetue corretamente o controle de acesso a esses processos, é preciso definir quais metadados de documentos/processos classificados serão exibidos no sistema, caso o usuário não tenha permissão de acesso. Estão presentes os membros: Kleber Minatogau e Wênis de Almeida Batista. Encontram-se também presentes os servidores: Carla Mendes de Jesus, Inaiara de Souza Golob, Maciel Rodrigues Pereira e Samanta Nascimento da Silva Santos. O Presidente da Comissão concedeu a palavra à servidora Samanta que apresentou as opções de resposta do SIGAD para acesso ou pesquisa de um documento arquivístico, volume ou dossiê/processo específico no sistema a um usuário que não tenha direito de acesso: mostrar alguns metadados, sendo que essa opção necessita da definição de quais metadados devem ser apresentados, uma vez que atualmente são apresentados apenas os metadados “NUP”, “data do documento/processo/dossiê”, “data de abertura” e “grau de acesso”; demonstrar a existência do dossiê/processo ou documento, mas não apresentar nenhum metadado; ou não mostrar qualquer informação do documento/processo/dossiê, nem indicar a sua existência. O servidor Wênis complementou destacando a necessidade de um metadado que correspondesse à “ementa” do documento/dossiê/processo. Ante os argumentos apresentados, a Comissão deliberou pela apresentação dos metadados “NUP”, “data do documento/processo/dossiê”, “data de abertura”, “grau de acesso” e “classificação arquivística”, suprimindo, dessa forma, a demanda pela informação da “ementa”. Definiu-se, ainda, que todos os usuários do SIGAD terão acesso à relação de documentos sigilosos para fins de emissão de relatórios apenas, sendo que somente serão apresentados os metadados supracitados. De modo complementar, a servidora Samanta apontou que dentre os processos classificados migrados do antigo sistema CAD, alguns estão classificados em níveis de sigilo que provavelmente são inadequados a seu conteúdo em razão da publicação da LAI, que trouxe diversas alterações como a exclusão do nível confidencial, o que torna necessária uma revisão do grau de sigilo desses processos. O Presidente, então, sugeriu que fossem criadas subcomissões com servidores da Casa para analisarem os processos classificados como confidenciais e proporem a revisão do grau de sigilo, conforme prevê o artigo 32 do Ato da Comissão Diretora nº 9/2012, para uma posterior apreciação desta Comissão e encaminhamento à Diretoria-Geral para decisão. Inicialmente, os membros dessas subcomissões seriam servidores do âmbito da SGIDOC. A servidora Samanta sugeriu que, previamente a uma análise direta dos processos por essas subcomissões, se emitisse um relatório com todos os processos classificados migrados do antigo sistema CAD para que a



SENADO FEDERAL

Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos

Comissão de Acesso faça uma análise em cima desse relatório. A sugestão foi aprovada pela Comissão. A servidora Carla ressaltou outro ponto da pauta da reunião: a inclusão e a substituição de membros da Comissão, destacando que se encontra na Advocacia do Senado Federal uma minuta de alteração do Ato da Comissão Diretora nº 9/2012 que prevê a inclusão de novos membros. A servidora Inaiara fez uma observação que o Grupo de Trabalho para a Gestão Integrada das Demandas da LAI no Senado Federal elaborou um Termo de Abertura de Projeto de Referências que tem como seu objetivo específico obter e ajustar a normatização do Senado Federal de modo a orientar, regular e permitir a gestão de atendimento às demandas da LAI e que um dos resultados desse trabalho será a revisão do Ato da Comissão Diretora nº 9/2012 e, conseqüentemente, dos membros da Comissão. Tratando ainda do tema, a servidora Carla comentou sobre a importância da substituição de membros por conta das movimentações dos representantes das áreas que compõem a Comissão. Deliberou-se que o Presidente da Comissão formalizará pedido de indicação de substitutos junto às áreas que necessitam de substituição de representantes. Seguindo a pauta da reunião, a servidora Carla apontou, ainda, a relevância de fixação de reuniões mensais da Comissão e o Presidente definiu a data da próxima reunião da Comissão, que ocorrerá no dia 11/3/2015, de forma extraordinária. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às dezesseis horas. Eu, Maciel Rodrigues Pereira, na qualidade de secretário, lavrei a presente ata.

MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES
Presidente

KLEBER MINATOGAU
Membro

WÊNIS DE ALMEIDA BATISTA
Membro

CARLA MENDES DE JESUS
Convidada

INAIARA DE SOUZA GOLOB
Convidada

SAMANTA NASCIMENTO DA SILVA SANTOS
Convidada

MACIEL RODRIGUES PEREIRA
Secretário